

# A revolta dos primeiros índios cristãos: guerra e conflitos na construção da Amazônia portuguesa – século XVII<sup>1</sup>

Almir Diniz de Carvalho Júnior \*

**Resumo:** Este artigo busca colocar em evidência, seguindo os passos do grande historiador John Manuel Monteiro, a presença indígena na construção da história do Brasil e o seu protagonismo, personagens que foram considerados pela historiografia mais tradicional como vencidos, passivos ou secundários. Aborda eventos que aconteceram no antigo estado do Maranhão e Grão-Pará, durante o processo de conquista e implantação da estrutura colonial no norte da América Portuguesa, nas décadas iniciais do século XVII. Inicialmente, pretende desenhar um panorama da construção da “Amazônia portuguesa” através do processo de sua conquista. A segunda parte do artigo coloca em evidência a rebeldia dos índios tupinambá com o objetivo de derrotar os portugueses que haviam se instalado naquela região, através de uma aliança militar entre diversos grupos indígenas, a sua maior parte formada por Índios Cristãos. A primeira parte do artigo existe em razão da segunda. Na segunda é possível analisar uma das formas mais sofisticadas da ação política e militar daqueles indígenas.

Palavras-chave: História Colonial, História Indígena, Nova História Indígena, Índios Cristãos.

## **The revolt of the first christians indians: war and conflicts in the building of the portuguese Amazonian – 17th century**

**Abstract:** This article aims, like the greatest historian John Manuel Monteiro, the presence of Indians in the Brazilian history and their protagonist, personages who were considered by the traditional Brazilian historiography as losers, passives and secondary. Aboard events that were taken place in the elder state of Maranhão and Grão-Pará during the conquest and implantation of the colonial framework in the north of Portuguese American at initial decades of the 17th century. At first, want to draw a landscape of the Portuguese Amazonian building beyond the process of his conquest. The second part put in evidence the revolt of the tupinambás Indians to wins the Portuguese, who were installed on that region, beyond the military alliances between different Indians groups, who the most part of them were Christian Indians. The first part of this article exist in ration of the second one. In the second one, is possible to analyze one of the most sophisticate political and military action of these Indians.

Keywords - Colonial History, Indians History, New Indians History, Christians Indians.

## **Introdução**

Este artigo é, principalmente, uma singela homenagem ao grande historiador John Manuel Monteiro, meu eterno orientador e amigo, que nos deixou tragicamente

---

\* Universidade Federal do Amazonas.

no início do ano de 2013. É também a resposta a um convite que não poderia deixar de ser aceito. Junto aos colegas que aqui escrevem, todos igualmente “discípulos” do John, o artigo busca colocar em evidência o que todos, sob a batuta do incansável amigo e professor, perseguiram: demonstrar a presença indígena na construção da história do Brasil, mais especificamente, o protagonismo desses personagens que a historiografia mais tradicional relegou ao papel de vencidos, passivos ou secundários. Busca ainda ampliar o debate sobre as formas que esse protagonismo teve lugar nas diversas regiões da América Portuguesa. Aqui, esta reflexão traz para o debate eventos que aconteceram no antigo estado do Maranhão e Grão-Pará, durante o processo de conquista e implantação da estrutura colonial no norte da América Portuguesa, nas décadas iniciais do século XVII.

Inicialmente, o artigo pretende desenhar um panorama da construção da “Amazônia portuguesa” através do processo de sua conquista implementada pelos militares lusos, principalmente durante o período da União Ibérica. Na primeira etapa, já se torna clara a participação efetiva de diversos grupos indígenas, fossem eles forças aliadas ou inimigas. A segunda parte do artigo coloca em evidência um evento ainda pouco trabalhado pela historiografia: a rebeldia dos índios tupinambá com o objetivo de derrotar os portugueses que haviam se instalado naquela região.<sup>2</sup> Para isto, eles construíram uma aliança militar entre diversos grupos indígenas, a sua maior parte formada por Índios Cristãos, que se estendeu do Maranhão ao Pará. A primeira parte do artigo existe em razão da segunda. É na segunda que se apresenta material mais rico e que possibilita analisar uma das formas mais sofisticadas da ação política e militar desses indígenas.<sup>3</sup>

Contra os Tupinambá, se estabeleceu uma verdadeira guerra, que muito superou, em tempo e dificuldades, os conflitos dos portugueses contra outras nações europeias – também obstáculos para a sua hegemonia política na região –, demonstrando o quanto foi difícil para a Coroa Ibérica vencer seu novo inimigo. Além de inovarem em suas estratégias militares, sempre muito eficientes, os índios souberam ler os códigos do novo inimigo e manipulá-los a seu favor. Afinal, antes de tudo, nasceram no contexto do novo mundo colonial que se tentava implantar.

Através do cotejamento de diversas fontes oficiais produzidas por agentes políticos rivais, se pretendeu realizar uma leitura cuidadosa e guiada por uma nova sensi-

bilidade que foi sendo construída, ao longo dos últimos anos, pela Nova História Indígena.<sup>4</sup> A história que emerge guiada por esse novo olhar e que se constrói nessa narrativa, e em várias outras anteriores, objetiva também abrir o debate sobre alguns eixos discursivos cristalizados que ainda perduram insistentes nas formas de representação que se constroem sobre as populações indígenas no Brasil.

Para além, simplesmente, de assinalar o seu protagonismo, é necessário também romper com verdades que teimam em considerar essas populações como fragmentos ancestrais, como imunes ao dinamismo, como vazias de história. Como se uma estrutura cosmológica consagrada por especialistas (e somente por eles autorizada), engessasse as suas possibilidades de mudança e asfixiasse seu poder criativo. Ao mesmo tempo e contrariamente, é necessário também abandonar a certeza fácil dos etnocídios e da aculturação que se, num contexto historiográfico anterior, serviram para denunciar a violência simbólica implementada contra esses grupos sociais, hoje revelam, em suas profundezas, um indisfarçável evolucionismo etnocêntrico, enquadrando todas essas contribuições culturais num diapásão uníssono da sinfonia ocidental regida pela ideologia do progresso.

Infelizmente, é essa mesma ideologia que ainda hoje persiste questionando, em nome dessa verdade, conquistas políticas importantes dessas populações – seu direito a terra e sua autodeterminação, por exemplo. Vivemos um momento delicado, quando, no senso comum e em algumas políticas de estado, sobrevive um olhar superior sobre essas populações, colocando em destaque sua orfandade diante da civilização e seu necessário controle tutelar – eixos discursivos que persistem desde o Diretório Pombalino, no século XVIII, até a criação do SPI e da Funai, no século XX.

Assinalando nessa introdução esses “pormenores” finais pouco acadêmicos, pelo menos no *stricto sensu*, quero mais uma vez homenagear a John Manuel Monteiro que, apesar de ter tido por objeto os indígenas históricos, jamais deixou de defender aqueles que ainda vivem entre nós e sempre os considerou com respeito, imensa curiosidade e justiça. Sigo, portanto, com humildade, os seus passos.

### **A construção da Amazônia portuguesa**

O processo de conquista e consolidação da presença portuguesa nas posses-

sões ao norte de sua colônia na América, conhecida posteriormente como Amazônia, foi um processo longo e difícil. Durante as primeiras décadas do século XVI não houve avanços nesse sentido. Foi apenas nas primeiras décadas do século posterior que um planejamento e uma política expansionista mais efetiva realmente tiveram lugar.

Malgrado as enormes dificuldades do seu efetivo controle, o interesse da Coroa portuguesa pelas suas possessões no norte do continente americano sempre foi grande. Dos primeiros núcleos de povoamento criados pelos donatários ao longo da costa atlântica do Estado do Brasil, Olinda pode ser considerada o ponto de partida para a penetração na chamada costa Leste-Oeste, ainda inexplorada. O povoamento foi implantado por Duarte Coelho na “Nova Lusitânia”, doada a ele pelo rei D. João III em 1534. A irradiação que aconteceu a partir de Olinda em direção ao norte se deu entre os anos de 1580 e 1616 com o objetivo de incorporar definitivamente aquele território às possessões lusas.<sup>5</sup>

As mudanças trazidas pela União Ibérica, quando o rei de Espanha Filipe II assumiu o trono português, tornaram a presença francesa ao longo daquela costa cada vez mais ostensiva, uma vez que os monarcas franceses eram inimigos do rei espanhol. Em contrapartida, sob o domínio da Espanha, a penetração dos portugueses ao longo do litoral norte tornou-se muito mais segura e contínua, em função dessa mesma unidade política. O objetivo maior perseguido por esses primeiros colonizadores foi sempre alcançar o estuário do grande rio Amazonas.

Lentamente, a Coroa ibérica foi penetrando aquele litoral norte. Em 1574, os portugueses buscaram uma aproximação com os Potiguaras que viviam na Paraíba. Estes índios ainda mantinham aliança com os franceses. Depois de muitos conflitos, numa outra frente estratégica, foi selada a paz com líderes Tabajaras, já em 1580. Da Paraíba, os portugueses seguiram adiante: conseguiram derrotar os Potiguaras e fundar a casa forte dos Três Reis Magos que daria, posteriormente, origem ao núcleo colonial de Natal. Em 1603, sob a direção de Pero Coelho de Sousa, buscaram a conquista do vale do Jaguaribe. Embora ele tenha falhado, juntamente com os padres jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira que também não conseguiram êxito mais substancial na evangelização dos “bárbaros”, posteriormente, Martim Soares Moreno, recorrendo a aliança com Jacuúna, líder dos índios da região do Jaguaribe, conseguiu dar um passo importante para o controle da região. Foi então construído o forte de Nossa Senhora

do Amparo, posto mais avançado em direção ao Maranhão.<sup>6</sup>

Dominar a área norte, cobijada por tantos países e de grande imensidão, não era tarefa fácil. Mais difícil ainda seria consolidar seu domínio. Em 1611, o rei aconselhava-se junto ao então governador-geral do Brasil, D. Diogo de Meneses, sobre a viabilidade do domínio e da administração daquela área. Na opinião do governador, o único modo para que isto ocorresse era dividir a região em capitanias e lugares para que, desse modo, fosse possível o socorro entre elas em caso de necessidade.<sup>7</sup>

Na década de 1620, Bento Maciel Parente, então capitão-mor do Pará (1621-1626), escrevia em seu memorial sugestões e opiniões de como se deveria fazer para a sustentação das novas conquistas. Na opinião do capitão, era necessário que fosse feito no novo Estado do Maranhão e Grão-Pará o mesmo que se fizera no Estado do Brasil. Isto significava dividir as terras em capitanias, reservando-se umas para a Coroa e outras para particulares. A Coroa, por sua vez, deveria também reconhecer esses novos senhores e pagar pelos seus serviços.<sup>8</sup>

Com base nestas e em outras informações, a região acabou sendo dividida segundo a proposta do capitão. A capitania do Maranhão, “cabeça do Estado”, tinha sete capitanias subsidiárias. Quatro dessas eram da Coroa: Ceará, Itapecuru, Icatu e Meirim. Três foram entregues aos capitães donatários: Tapuitapera, Caeté e Vigia. A capitania do Grão-Pará, por sua vez, tinha sobre sua jurisdição outras capitanias secundárias, quais sejam: do Gurupá (da Coroa), de Joanes, do Cametá, do Cabo do Norte e do Xingu. As capitanias foram sendo instaladas em momentos diferentes, algumas com vários anos de diferença entre elas.<sup>9</sup>

Antes de todo esse arranjo administrativo, que teve lugar somente na segunda década do século XVII, era necessário empreender a conquista da região. De certa maneira, os franceses impulsionaram a conquista do Maranhão pelos portugueses ao se instalarem na ilha de São Luís em 1612. O descaso em relação à região até aquele momento pode ser explicado, em parte, devido às dificuldades em se estabelecerem contatos entre Pernambuco e o Maranhão. Entre um e outro estava o Ceará que era uma região inóspita o que dificultava a existência de caminhos por terra entre as duas regiões. Por outro lado, os ventos tornavam a navegação do Maranhão a Pernambuco praticamente inviável. De qualquer forma, depois de expulsos os franceses em 1615, os portugueses passaram a buscar o controle efetivo do litoral até a foz do Amazonas.<sup>10</sup>

No Pará, por esta época, ainda existia uma verdadeira frente aliada contra os portugueses, formada por ingleses, irlandeses e holandeses. A criação do forte do Presépio em Belém, em 1616, possibilitou uma base de apoio para as novas investidas lusas. Ao mesmo tempo, os colonos daquela cidade e de São Luís, em função de suas necessidades econômicas, foram aos poucos ampliando seu domínio sobre os rios mais a oeste. Buscavam drogas do sertão e, principalmente, índios. Ainda durante o período da União Ibérica, a viagem de Pedro Teixeira que subiu o Amazonas em direção a Quito, no Vice-Reinado do Peru, entre 1637 e 1639, estendeu as fronteiras dos domínios portugueses e incentivou os habitantes de Belém e São Luís a se lançarem em penetrações cada vez mais ousadas para o interior dos sertões amazônicos. Alguns anos antes, em 1621, o próprio rei Felipe III (Felipe II de Portugal) lançou ordem autorizando que os colonos luso-brasileiros defendessem a região e ampliassem a penetração no vale amazônico, facilitando a sua ocupação e exploração mercantil.<sup>11</sup>

Foram as tropas de guerra e as tropas de resgate, assim como o estabelecimento de diversas missões religiosas ao longo da floresta, os principais responsáveis pela ampliação das fronteiras portuguesas para o interior das matas e dos rios mais distantes. Em 1623, o posto mais avançado no interior daqueles sertões era o forte de Gurupá. Ele foi fundado em junho daquele mesmo ano, perto da foz do rio Xingu, por Bento Maciel Parente. Após cinco anos, foi criada a já mencionada capitania régia do Gurupá que teve como sede a Vila de Santo Antônio do Gurupá, localizada ao lado do forte. Seu capitão-mor possuía regimento próprio e era nomeado diretamente pelo rei. Tinha, desta forma, autonomia diante do quadro político-militar naquela região. Gurupá era uma região importante e serviu como casa-forte e posto fiscal. Sua fundação estava ligada ao conflito contra os ingleses e holandeses que dela já se utilizavam devido ao seu posicionamento estratégico.<sup>12</sup>

A conquista da região do Gurupá foi fundamental para as pretensões portuguesas na região. No mesmo local, existia o forte de Mandiutuba em que os aliados ingleses, irlandeses e holandeses fixaram-se. De lá foram expulsos no ano de 1625, assim como também o foram da sua casa forte de Tucujus, na ilha do mesmo nome. Três anos após, os aliados fixaram-se novamente na ilha construindo o forte de Torrego. Foi mais difícil expulsá-los da ilha do que de Gurupá. A grande preocupação dos portugueses era com o comércio que os estrangeiros continuavam a estabelecer com os “genti-

os” da região. Em 1629, numa tentativa frustrada de retirá-los de Tucujus, os portugueses se refugiaram no Gurupá tendo notícias de que os “hereges” haviam não somente continuado o comércio com seus aliados índios, como também haviam queimado as aldeias dos “índios fiéis” aos portugueses. Pedro Teixeira foi nomeado capitão-mor e teve como missão expulsar os holandeses e impedir a todo o custo o comércio e o trato do inimigo com os “gentios”. Sabiam os portugueses que, estrategicamente, esta resolução seria muito mais eficiente para a sua expulsão, uma vez que “sem gentio não se poderiam os inimigos conservar muito tempo”. Após a vitória contra os inimigos, Pedro Teixeira recolheu-se ao forte do Gurupá, onde foi novamente atacado, agora pelo capitão inglês Roger North. Vitorioso também sobre seu inimigo, Teixeira retirou-se para Belém, momento em que novamente sofreu confronto. Naquela situação, não mais por europeus, mas sim pelos Nhengaibas, aliados dos ingleses.<sup>13</sup>

Os portugueses sabiam que sem o apoio dos índios aliados tanto eles quanto os estrangeiros não poderiam vencer. A conquista e ampliação das fronteiras na Amazônia não podiam prescindir do guerreiro indígena. Neste sentido, além de derrotar o inimigo europeu, os militares portugueses tinham bastante cuidado com a repressão aos seus aliados índios. Arrasavam sem piedade todos os seus inimigos como forma de dar exemplo para as demais nações daqueles nativos. Assim fizeram com os Nhengaiibas, aliados dos ingleses e moradores nas ilhas da barra do Amazonas. Reforçaram suas forças em Cametá, em 1632, e de lá se dirigiram para dar “castigo” a esses índios. A força compunha-se de duzentos e quarenta soldados e mais cinco mil índios aliados.

No Gurupá, uma última tentativa de atacar a fortaleza foi feita pelos holandeses, em 1639, sem sucesso. O controle da região do Gurupá estava finalmente consolidado.<sup>14</sup> Depois de conquistado, passou a servir de ponto de apoio a missionários e sertanistas que subiam e desciam o rio. Próximo ao forte, como já mencionado, se estabeleceu um povoado, onde primeiro se localizaram os jesuítas e, posteriormente, os missionários franciscanos da Província da Piedade. Lá, erigiram convento e hospital que auxiliava aqueles que percorressem aquela região, fossem militares, missionários, colonos ou mesmo índios aliados. Neste sentido, Gurupá pode ser considerado a ponta de lança das penetrações posteriores.

Além de São Luís e Belém, outros núcleos coloniais, ainda na década de 1620, começavam a despontar no novo estado. No Maranhão, em 1627, foi fundada a aldeia

de Vera Cruz, em Gurupi, que fazia parte na capitania do Caeté, doada por Francisco Coelho de Carvalho ao seu filho. Depois, já sob o controle de Álvaro de Sousa, a aldeia começou a se desenvolver, transformando-se de aldeia em núcleo colonial, mantendo como centro administrativo a Vila de Sousa do Caeté. No rio Tocantins, os capuchos de Santo Antônio, subindo aquele rio, atraíram para lá a tribo dos Cametá, edificando uma igreja. Nascia, então, a aldeia de Santa Cruz do Cametá. Foi lá que foram recrutados por Feliciano Coelho de Carvalho, em 1632, os cinco mil índios para o combate aos holandeses.<sup>15</sup>

Outro núcleo colonial surgiu nas imediações do forte do Desterro, levantado por Bento Maciel Parente ao receber do rei a doação da capitania do Cabo do Norte. Nesta mesma capitania, existiam as aldeias de Curupatuba, posterior Monte Alegre, Tapuiuços e Jaguaquara, que tomou depois o nome de Almeirim. Esta última aldeia tornou-se, posteriormente, sede da mesma capitania. Estes núcleos coloniais, somados aos já citados acima, eram ainda precários com população reduzida e, muitas vezes, flutuante. Eram, na realidade, pontos de apoio para penetrações maiores. Segundo Cristóvão d'Acuña, um dos núcleos mais importantes, a povoação do Cametá, apesar de ter servido para base de apoio para "armadas e correrias" em direção aos sertões, estava quase despovoada devido ao deslocamento de sua população para outras regiões nas décadas finais de 1630.<sup>16</sup>

A distribuição da população de brancos naqueles núcleos coloniais, segundo dados fornecidos por Bento Maciel Parente em 4 de fevereiro de 1637, era muito precária. Na cidade de São Luís e nos seus arredores, havia 250 moradores e 60 soldados. Na cidade de Belém do Grão-Pará, o número de moradores não ultrapassava 80, juntamente com 50 soldados. No Ceará, por sua vez, o número era ainda mais reduzido: eram 30 soldados e 4 ou 5 moradores. No forte de Gurupá, naquele ano, habitavam unicamente 30 soldados e nenhum morador. Lucinda Saragoça, de posse dos números apresentados por "certo" holandês que residia na capitania do Cabo do Norte, afirma que no mesmo ano de 1637, no vasto território amazônico, somavam-se de mil e quatrocentos a mil e quinhentos brancos e cerca de quarenta mil índios. É difícil comprovar a veracidade dos números, mas eles dão uma ideia da enorme diferença entre a população de origem europeia que habitava, naqueles primeiros anos, a região e a população indígena com quem tinham de conviver.<sup>17</sup>

João Lúcio de Azevedo, refletindo sobre os números da população do Pará, já na época de Antônio Vieira, na década de 1650, registra que eram apenas 80 moradores. No entanto, este número não se referia à totalidade de pessoas, mas sim aos chefes de família. Os peões, religiosos e soldados não entravam neste cômputo. Provavelmente, o mesmo critério utilizado por Bento Maciel ao se referir à mesma população vinte anos antes. Azevedo também cita os números apresentados por Manoel David Souto Maior em representação dirigida ao Conselho Ultramarino. Segundo ele, nas seis capitanias do estado, somavam-se setecentos moradores portugueses. João de Souza Ferreira, por sua vez, escrevendo em 1685, apresenta em seu "Noticiário Maranhense" o número de quinhentos moradores em Belém, mas João Lúcio adverte que o sentido empregado pelo autor na contagem desses números é diverso daquele empregado por Vieira. João Lúcio também afirma que pela mesma época, em São Luís, residiam cerca de mil e tantos vizinhos. Berredo, de outra forma, registra que em 1722, quase cem anos depois do cômputo feito por Bento Maciel, a população de Belém era formada por 500 habitantes brancos.<sup>18</sup>

Com poucos núcleos coloniais e de escassa população branca, entre soldados e moradores, o objetivo de dominar região tão vasta tornava-se extremamente difícil. Ao mesmo tempo, era necessário ampliar e consolidar as fronteiras das possessões lusas no território. O papel dos missionários para ajudar a cumprir a tarefa foi essencial. Eles foram os primeiros a penetrar os rios Tapajós, Madeira, a bacia do rio Negro e Branco e a bacia do rio Solimões. Em 1669, foi criada a casa forte de São José do Rio Negro que ajudou ainda mais a penetração ao longo daquele rio. Mais tardiamente, os portugueses efetivamente foram ocupando a região já demarcada na viagem de Pedro Teixeira. Somente em 1707, foi tomada a aldeia jesuítica dos espanhóis de Santa Maria Maior dos Jurimaguas, posto mais avançado dos castelhanos nas terras amazônicas.<sup>19</sup>

Por volta da quarta década do século XVIII, a soberania portuguesa na Amazônia, nas bacias dos rios Amazonas, Madeira, Rio Negro e Branco já estava praticamente consolidada. Francisco de Melo Palheta ao subir o rio Madeira em 1722 e, posteriormente, Félix de Lima ao percorrer o Guaporé-Mamoré-Madeira, em 1742, não encontraram qualquer dificuldade para a sua travessia. O caminho estava livre. No "Rio das Amazonas", por sua vez, não aconteceu qualquer choque violento de maior impacto contra os espanhóis. Isto se explica principalmente pelo fato de que a penetração de

portugueses para resgates de drogas e índios naquela região já era constante, tempos antes da consolidação das missões jesuíticas espanholas naquele rio que aconteceu somente em 1686. Além disso, as aldeias missionárias dos religiosos carmelitas portugueses já ocupavam boa parte do curso do grande rio, anos depois. Na bacia do Rio Branco, tão pouco havia maior dificuldade. O reconhecimento do rio foi feito por sertanistas nas constantes tropas de resgate que se deslocavam àquela região, principalmente à cata de novos escravos índios. Esses sertanistas, lembra Ferreira Reis, não encontraram, até finais da década de 1740, qualquer vestígio de holandeses naquelas imediações. Ferreira Reis também observa que embora houvesse boatos quanto à penetração dos estrangeiros nos rios Branco e Negro, tudo não passou de estratégia para desculpar a ampliação das entradas ao longo dos rios e a consequente guerra contra os nativos que criavam dificuldade ao comércio de escravos.<sup>20</sup>

O domínio efetivo sobre os rios e terras amazônicas, no entanto, não se estabeleceu somente com a expulsão das outras nações europeias. Para que fosse possível a hegemonia portuguesa na região, era necessário enfrentar um inimigo muito mais difícil. A penetração dos rios dependeu, principalmente, do domínio militar sobre diversos grupos indígenas, muitos deles antigos aliados de holandeses, ingleses e franceses. Foi assim contra os Manao, Maiapena, Tora e Caiuvicena que habitavam os vales do Rio Negro, Branco e Madeira. O mesmo aconteceu contra os Nhengaiba, nos arredores de Belém. Diversas outras etnias que se contrapunham ao avanço luso aos sertões, também sofreram o peso das armas. O estabelecimento dos portugueses na região amazônica em detrimento ao das outras nações europeias não deve obscurecer a luta que tiveram que travar contra diversas nações indígenas ao longo de praticamente todo o período colonial na região. Das “nações”, a dos tupinambá, como se verá adiante, tornou-se a mais perigosa.

Foram diversos os grupos que, principalmente nos primeiros momentos da penetração nos sertões, tornaram-se inimigos tenazes, obrigando as autoridades portuguesas ao estabelecimento de alianças, concedendo privilégios a diversos líderes indígenas e, ainda, reforçando a necessidade da atuação dos missionários, principalmente os jesuítas, na missão de evangelização daqueles inimigos mais irredutíveis. Somada ao domínio militar, a ação “evangelizadora” das diversas ordens religiosas que atuaram na Amazônia foi essencial para o efetivo controle de tão ampla região. Por outro lado, era

sempre importante ter inimigos. A constante necessidade de novos braços impulsionava sempre aos resgates que, muitas vezes, se faziam contra os índios inimigos com a ajuda, sempre fundamental, dos aliados.

### **A revolta dos primeiros aliados cristãos**

Conquistar a terra significava também conquistar os homens. Os portugueses não tinham dúvidas que sem a força dos braços aliados seria impossível expulsar as outras nações europeias. Trabalhavam muito cuidadosamente as alianças com tribos amigas. Afinal, sem os guerreiros índios, que suplantavam em número e em conhecimento da região aos militares portugueses, não somente teriam perdido o controle sobre a terra, mas também não poderiam dominar efetivamente a quantidade inumerável de homens que se localizavam ao longo das dezenas de rios nos sertões amazônicos.

A população indígena, por sua vez, se inteirava cada vez mais sobre o jogo de forças políticas, resultado do enfrentamento entre portugueses, outras nações europeias e entre os grupos políticos internos. O conhecimento dos códigos do invasor dava-lhes vantagem. O novo panorama político e social, no qual iam aos poucos se inserindo, obrigava-os a uma apropriação dos códigos e do *modus vivendi* do mundo cristão e europeu. Formas tradicionais alimentadas por suas cosmologias entravam em embate com o novo universo simbólico e político que deveriam adotar. O embate de significados foi, ao longo de todo o período aqui estudado, o motor que possibilitou a constituição desses *índios cristãos*. Dominar os códigos e estabelecer alianças tornava-se essencial para criarem possibilidades de autonomia frente aos poderosos estrangeiros.

Por parte dos portugueses, a política de transformar parcelas significativas das populações indígenas em aliados e súditos era, por outro lado, essencial para a consolidação de seu poder na região. Nesta primeira etapa da implantação do controle político, era necessário agregar um número importante de guerreiros na forma de aliados militares. Isso se deu através da aliança e cooptação de seus líderes. Os *principais* passaram a ter uma importância estratégica na consolidação dessa política de controle. A sedução dos líderes já existentes somava-se, aos poucos, a criação de novas lideranças

indígenas. Estes últimos formados, na grande maioria das vezes, no interior das aldeias missionárias. Uma técnica muito usual no trabalho de conversão dos gentios era o sequestro de crianças, que educados nas aldeias, voltavam tempos depois para convencer seus parentes a se deslocarem em direção aos novos núcleos coloniais.<sup>21</sup>

A estratégia de cooptação e criação de lideranças, no entanto, sofria com o constante interesse dos colonos locais por braços para as suas lavouras e para a equipagem de canoas que recolhiam drogas nos sertões. Afinal, essas novas lideranças precisavam ser aceitas por seus "súditos", caso contrário seriam inócuas. Diante da pressão por mão-de-obra e, muitas vezes, da exploração exagerada de seu trabalho, esses líderes ficavam numa situação delicada ao atuarem como mediadores entre seus novos aliados e a população que representavam.<sup>22</sup> No início do século XVII, a necessidade por trabalhadores índios não era ainda tão grande como viria a ser no final do século e ao longo de todo o posterior. Antes, era necessário consolidar o domínio sobre a terra. Mesmo assim, o aparecimento dos primeiros núcleos coloniais já criava uma demanda crescente por trabalhadores nativos.

Por outro lado, as populações indígenas que já haviam tido contato com outras nações europeias, como franceses, ingleses, holandeses etc., viam-se diante de um novo estrangeiro que, ao contrário dos primeiros que esporadicamente visitavam a região para fazer comércio, começava a estabelecer-se na região criando núcleos coloniais. É certo que alguns dos estrangeiros anteriores já haviam esboçado a criação de alguns núcleos como no caso das fortalezas, mas, na maioria das vezes, elas funcionavam apenas como feitorias para o escoamento posterior dos produtos que negociavam com esses índios. Destacam-se, como exceção a essa regra, os franceses que fundaram a cidade e fortaleza de São Luís. Fortaleza essa que passou a ser chamada, depois da vitória portuguesa, de São Filipe, alusão ao monarca ibérico em contraposição à homenagem feita pelos franceses a seu rei Luís.

Na região, diversos grupos indígenas tupinambá se localizavam ao longo de praticamente todo o novo estado do Maranhão e Grão-Pará. Muitas dessas populações eram originárias do estado do Brasil que, ao longo do século anterior, haviam se deslocado para aquela região. Primeiramente, haviam estabelecido aliança com os franceses, muitos deles foram catequizados pelos mesmos estrangeiros. Para os portugueses, acostumados com a língua desses índios, era muito mais fácil o trato com os mesmos.

A aliança estabeleceu-se sem problemas após a expulsão dos concorrentes europeus daquela região. Para os tupinambá, ao que parece, não havia muita diferença em negociar com franceses ou portugueses. O contato com os novos europeus, no entanto, desfez sua antiga opinião.

Depois do domínio de São Luís e da criação do forte do Presépio, inaugurando a “Feliz Lusitânia” no Pará, nada parecia indicar o que estava prestes a acontecer. Ao contrário da expulsão dos franceses e das lutas esporádicas ao longo dos rios amazônicos contra ingleses e outros europeus, o confronto que se estabeleceu no final da primeira década do século XVII no Maranhão e Grão-Pará foi muito mais sangrento, intenso e duradouro. O novo inimigo era o mais inesperado. Os antigos aliados tupinambá resolveram enfrentar os portugueses numa guerra para bani-los de suas terras. Bem articulados e através de estratégias militares que deixaram surpresos os capitães europeus, infringiram aos novos invasores pelo menos três anos de lutas e perdas.

O mais significativo da revolta é que ela teve como liderança os *principais* forjados no novo mundo colonial. Ao mesmo tempo, dela participaram não somente os gentios sem civilização, mas, principalmente, os índios cristãos. Portanto, não se trata de uma guerra nascida de uma resistência ao novo, entendido aqui como a luta pela manutenção de uma tradição anterior. Ao contrário, trata-se de uma guerra que teve lugar no novo mundo colonial, ao qual os indígenas pertenciam. Foi uma guerra nova, fruto de um novo mundo, levada a cabo por novos homens. Foi, enfim, uma guerra colonial que só podia fazer sentido naquele contexto.

A região de Cumã, onde se iniciou a revolta, ficava no continente e fazia fronteira com a ilha de São Luís, capital da capitania do Maranhão. Segundo Bernardo Pereira de Berredo, na região se encontravam muitas aldeias populosas, formadas por índios Tupinambá que teriam vindo do Estado do Brasil. Governava essas aldeias o capitão de infantaria Mathias de Albuquerque, filho do capitão-mor Jerônimo de Albuquerque. Berredo, ao mencionar o tratamento dado a esses índios por Mathias de Albuquerque, indica que ele, há um ano no cargo em 1617, tratava os índios na amizade e com grande interesse dos mesmos. Mas, segundo o autor, os índios vacilavam na amizade com os Portugueses devido às sinistras práticas de seus primeiros hóspedes.<sup>23</sup>

É certo que o relato de Berredo é tendencioso, o que se pode confirmar nesta outra passagem do seu texto, abaixo. Mas, ao mesmo tempo, nela também é possível

observar detalhes importantes que confirmam conclusões anteriores. Referindo-se ainda a Mathias de Albuquerque, escreve:

Procurou ele reduzi-los com suavidade à merecida confiança, e o conseguiu com grande fortuna, assistido sem dúvida de superiores influências; porque mandando levantar algumas igrejas com a decência, que lhe foi possível, parece que logo penetrados da verdade católica, não só publicamente reconheciam as conveniências, que tinham granjeado na mudança da sua sujeição, mas também se inclinavam com tais demonstrações ao culto divino, que cada dia davam maiores esperanças da sua cristandade, até vivendo tão conformes, que se empregavam todos na cultura do campo com uma geral utilidade, por ser esta reciproca aos moradores de São Luís, por meio dos resgates com que concorriam com muita frequência.<sup>24</sup>

Portanto, esses tupinambá, antes sujeitos aos franceses, naquele momento encontravam-se sob o jugo dos portugueses sem alterações marcantes. É certo que Berredo anteriormente indicou que a provável inconstância de amizade que tinham pelos portugueses seria fruto das “práticas sinistras dos primeiros hóspedes”. No entanto, como se verá a seguir, as práticas dos portugueses provavelmente eram bem mais “sinistras” que a dos franceses. Ao mesmo tempo, as informações de Berredo, assim como outras retiradas do documento de Bento Maciel Parente, contemporâneo e um dos protagonistas principais da guerra contra esses índios, confirmam que eles tinham um contato profundo com as práticas cristãs, assim como serviam aos portugueses nas lavouras e nos resgates.

As causas do conflito são contraditórias. Dependendo do relato, elas se apresentam diferentes. Pouco mais de cem anos depois da guerra, Berredo, governador do Estado do Maranhão durante a segunda década do século XVIII, em seu famoso “Anais Históricos do Estado do Maranhão”, apresenta a causa, com base em documentos que teve acesso, muito provavelmente a devassa que Bento Maciel Parente fez sobre as mesmas causas. Ele afirmava que a causa foi um índio principal chamado Amaro que, de posse de cartas que foram enviadas por seu intermédio para o capitão-mor do Maranhão Jerônimo de Albuquerque, remetidas pelo capitão-mor do Pará Francisco Caldeira Castelo Branco – “falsamente” teria lido as mesmas para os índios do distrito de Cumã, afirmando que lá o capitão do Pará propunha ao capitão do Maranhão a escravização daqueles índios. Berredo destaca que o dito líder dos tupinambá que veio do Pará,  *fingiu que sabia ler*, dizendo que os índios seriam reduzidos à escravidão tão logo

se entregassem ao capitão-mor. Isto lhes seria inaceitável, uma vez que já haviam fugido do Brasil exatamente perseguidos pela mesma tirania dos portugueses, gerações antes.<sup>25</sup>

No mesmo documento de Bento Maciel – provável fonte de Berredo –, no entanto, a versão é ligeiramente diferente da assinalada pelo autor. O relato prestado por Manoel Dias, testemunha do processo dirigido por Bento Maciel Parente, e transcrito em trabalho recente por Alírio Carvalho Cardoso, destaca que Amaro sabia ler e que efetivamente leu a carta enviada por Francisco Caldeira. Na dúvida sobre a veracidade da leitura, os índios daquele distrito teriam ido até a mulher de Amaro e perguntado sobre o conteúdo da carta. Ela então confirmou a leitura do marido.<sup>26</sup>

Por outro lado, o mesmo Manoel Dias em seu depoimento, segundo ainda Alírio Carvalho, afirmava que o levante era uma vingança do tupinambá Amaro contra os irmãos Antônio e Mathias de Albuquerque. Segundo o mesmo autor, a versão é confirmada por outra testemunha de nome Jerônimo Correa, segundo ele: os dois irmãos teriam mandado amarrar e açoitar o índio pernambucano.<sup>27</sup>

Vários outros testemunhos indicam a existência de conflitos entre os índios e o filho do capitão-mor do Maranhão, e administrador de suas aldeias, Mathias de Albuquerque. O almoxarife Antônio da Costa, religioso franciscano, por exemplo, afirmou que o capitão Mathias era o responsável pela revolta uma vez que açoitava e queimava o “focinho” dos índios com fogo. Ao mesmo tempo, o capitão era acusado de ter cometido diversos abusos contra esses tupinambá. Provavelmente, as causas foram variadas – umas não devem excluir as outras.<sup>28</sup>

Mais contundente, ainda que tendencioso, foi o relato do próprio Bento Maciel nos capítulos que enviou ao rei contra o capitão Jerônimo de Albuquerque e seus filhos, em 12 de novembro de 1618. Mathias e Antônio de Albuquerque, segundo Bento Maciel, tiranizavam tanto soldados quanto índios no tempo em que assistiam no Maranhão. Num interessante trecho de seu relato, afirma:

Que estando ele dito capitão ausente do dito forte foi com seu irmão Mathias d'Albuquerque a terra firme quarenta léguas da cidade uma aldeia entre outras e a um índio por nome Pacamo negro principal ao qual tomaram duas mulheres a força e contra sua vontade e as mulheres de sua nação e uma espada e um venábulo pelo qual se arruinou o dito principal e lhe dera o pago se eles com diligência lhe não fugiram por mar fazendo daquela via-

gem os dois irmãos nas mais aldeias da conquista muitos insultos como eram tomar os escravos, pedras verdes, criações e outras coisas ao pobre gentio no que se sentiram tão agravados destas e d'outras muitas que lhes tinham feito espancando-os e tiranizando-os em tudo em breve se alevantara matando toda gente que no presídio de Cumã estava(...)<sup>29</sup>

Esse relato é importante não somente porque desmascara os abusos que cometiam os irmãos Albuquerque contra os índios que governavam. É mais importante porque confirma que os índios envolvidos no conflito comungavam de um universo simbólico distinto daquele que lhes era tradicional. Esse indício se verifica na afirmação de Bento Maciel sobre o fato de Mathias de Albuquerque ter retirado do principal Pacamo, não somente duas mulheres suas e outras de sua nação, mas também por lhe ter retirado a espada. Este ato "arruinou o dito principal". A simbologia da espada e da capa que muitos principais utilizavam no mundo colonial dava a eles uma dimensão diferenciada frente aos seus. Esses símbolos transformavam-nos em líderes poderosos no circuito das relações coloniais. A afronta de tomar-lhes tais objetos talvez fosse tão grave como a de lhes tomarem as mulheres.

O conflito começou com a morte de 30 soldados do presídio de Cumã pelos índios levantados. Os índios pretendiam passar para Tapuitapera, sublevar suas aldeias e de lá atacarem a ilha de São Luís e, unindo-se aos seus parentes tupinambá que lá estavam, destruir a cidade. Berredo, ao narrar esse episódio, deixa escapar a seguinte frase: "Pareceram sem dúvida sobrenaturais todas estas medidas na bárbara rudeza daqueles tapuias". O capitão general e governador do Maranhão, militar experimentado, ao narrar os detalhes desse conflito demonstra de certa maneira seu espanto quanto à organização e disciplina daqueles índios. Em outro trecho, afirma: "Porém aqueles bárbaros, que conheciam bem a qualidade do terreno, a que o tinham levado, sabendo então aproveitar-se dela, se via já acometido de suas emboscadas com desacomumada disciplina, aprendida todas nas experiências próprias do seu fatal estrago". Neste trecho, refere-se ao desenrolar do conflito quando esses tupinambás foram perseguidos pelo capitão Manuel Pires acompanhado de mais duzentos índios, depois de terem atacado o presídio de Cumã. Na perseguição, levaram a tropa de guerra para uma região que conheciam bem, atacando-a através de emboscadas.<sup>30</sup>

A revolta rapidamente estendeu-se para a capitania do Pará. A velocidade na comunicação dos tupinambá das duas capitanias também surpreendeu a Berredo ao

narrar o episódio. Num único dia se levantaram os ditos índios nas cercanias de Belém. O capitão-mor do Pará Francisco Caldeira mandou tropas enfrentá-los, atacando-os nas aldeias de Caju e Mortigura que, tempos depois, viria a se tornar uma aldeia do Colégio da Companhia de Jesus. Berredo, ao narrar o desenrolar das batalhas, continuou a emitir opiniões de espanto em relação à atuação militar dos índios. Os tupinambá reorganizaram suas forças depois das primeiras derrotas, aliando-se a outros índios do rio Guamá e instalando-se num local propício a sua defesa, pouco distante de Belém. Berredo observa que para a conservação desse local estratégico “raras vezes faltou a disciplina ainda às mesmas feras”.<sup>31</sup>

A preocupação dos militares portugueses em tornar exemplares os castigos para que servissem de exemplo aos demais sublevados fez com que se utilizassem práticas de extrema violência contra seus inimigos. Nas batalhas, matavam quase todos, alguns tomavam como despojos de guerra para servirem de escravos. Outros aprisionados, normalmente os líderes, eram, como se dizia na época, arcabuzados – o que significava serem amarrados na boca de um canhão e detonados, juntamente com sua carga. Assim aconteceu com o principal líder da revolta, como veremos a seguir.

Em Belém, as preocupações aumentavam. O frei franciscano Antônio da Merceana, por exemplo, ao prestar depoimento nos mesmos autos de Bento Maciel Parente, afirmava que os tupinambá realizavam assaltos contínuos contra a fortaleza tendo, inclusive, roubado vários escravos dela. Segundo o frei, todos os moradores viviam sobressaltados de armas nas mãos, fosse noite ou dia. O inimigo também, astutamente, impedia o abastecimento de farinha para a fortaleza, realizando um verdadeiro cerco contra ela. As provisões estavam acabando, nem mesmo as redes resistiam, o que obrigava os soldados a dormirem no chão. Antônio de Merceana culpava o capitão-mor da capitania, Francisco Caldeira, por não ter solicitado ajuda do rei contra aquela situação.<sup>32</sup>

Francisco Caldeira tentou ainda surpreender seus inimigos no quartel que haviam improvisado. Para tanto, ordenou ao alferes Francisco de Medina a missão de atacá-los. Embora na descrição da batalha que se seguiu, Berredo tente aumentar os feitos do militar, na realidade foram pífios. Encontrando duas canoas dos inimigos, atacaram-nas. Os índios, no entanto, fugiram a nado, deixando ao alferes e a seus poucos quarenta soldados como único recurso retornar à cidade. Este episódio aconteceu em

1617. Mas a presença dos tupinambá nas cercanias de Belém ainda continuou, pelo menos durante dois anos.<sup>33</sup>

No ano seguinte, em 1618, Francisco Caldeira ordenava a Pedro Teixeira que resgatasse um homem que havia sido vendido pelos tupinambá a uma “nação tapuia”. Solicitava também que Teixeira fizesse a paz com a tal nação. Ao retornar, no entanto, Pedro Teixeira foi atacado pelos rebeldes e outro “gentio da sua devoção”. Esses índios estavam em um grande número de canoas todas “armadas em guerra”. Berredo narra também o episódio e escreve que embora os inimigos tivessem em vantagem, resolveram somente atacá-los durante a noite. Reflete o autor que isto acontecia porque aqueles índios, assim como os índios mexicanos que atacaram Cortez, acreditavam que os espíritos imortais dos europeus eram influenciados pelo sol. O combate aconteceu efetivamente durante toda noite. Berredo conta sobre a vitória de Pedro Teixeira. Mas, o certo é que, o mesmo capitão, sabendo que o inimigo se rearticulava para tornar a atacar, recolheu-se mais uma vez a Belém.<sup>34</sup>

É fácil observar nestas narrativas das batalhas que os índios não utilizavam as mesmas estratégias de guerra que os europeus. A dos nativos era mais eficaz. Usavam o recurso da guerrilha – atacando e recuando diversas vezes. Esta pequena viagem de Teixeira deixa bem claro a situação difícil em que viviam os moradores de Belém ante o cerco a que estavam submetidos pelos tupinambá. A capacidade de articulação dos índios também era muito eficaz. Mesmo estando a quilômetros de distância, os das duas capitanias lutavam em duas frentes de batalha e, mais importante ainda, interromperam a comunicação por terra entre o Pará e o Maranhão. A situação era grave e o governo português teve de agir, utilizando-se de outros recursos.

Antes disso, ainda no Pará, Francisco Caldeira tentava se desvencilhar daquela incômoda situação. Utilizando mais uma vez a ajuda Pedro Teixeira, incumbiu o capitão da missão de atacar a fortificação dos inimigos. Os tupinambá estavam localizados numa região próxima chamada Guajará. De lá, constantemente atacavam as aldeias causando grande dano a capitania. Com trezentos homens, Pedro Teixeira atacou a fortificação feita de pau-a-pique, mas muito bem guarnecida. No entanto, os índios fugiram. Neste trecho em que narra o episódio, Berredo destaca algo singular. Escreve que: “...anteciparam as aclamações dele com a sua fugida, que não seguiu Pedro Teixeira por desconfiar da fidelidade dos seus mesmos índios”. É possível que Pedro Tei-

xeira, de alguma forma, desconfiasse de uma armadilha tramada pelos inimigos. Por outro lado, ficava cada vez mais claro para os militares portugueses que contar somente com os índios daquela região para combater os tupinambá poderia ser arriscado.<sup>35</sup>

O recurso de que se utilizou o governo português ante a grave situação foi recorrer a um militar experimentado de fora da região. A escolha recaiu sobre Bento Maciel Parente. No fim de janeiro de 1618, chegava a São Luís uma embarcação de Pernambuco com o socorro para a guarnição daquela capitania juntamente com o capitão das entradas escolhido. Um mês após, morria Jerônimo de Albuquerque, sucedendo-o seu filho primogênito Antônio. Isto causou uma mudança nos rumos do processo. Antônio de Albuquerque nomeou Bento Maciel Parente como seu assistente, mas este preferiu reedificar o forte de São José de Itapari. Antônio possivelmente rivalizou com Bento Maciel porque queria receber os louros da vitória contra os inimigos tupinambá, o que poderia torná-lo mais poderoso do que já era e merecedor das mercês do rei. Talvez, os mesmos objetivos que alimentavam os ânimos de seu mais novo rival.

Bento Maciel Parente, em função dos conflitos estabelecidos com o novo capitão-mor foi preso no forte de São Felipe e, depois de quatro meses, encaminhado para Pernambuco. Lá, foi absolvido de suas culpas e enviado de volta ao Maranhão, já em 1619, como capitão da guerra contra os tupinambá. Ainda no ano anterior, Antônio de Albuquerque resolve atacar os tupinambá do Maranhão que se encaminhavam para unir-se com os outros da mesma nação do Pará. Incumbiu Matias de Albuquerque para realizar a tarefa. Com cinquenta homens e seiscentos "tapuias", inimigos dos tupinambá, entra em confronto com os revoltosos já próximos ao Pará. Muitos tupinambá fogem quando pegos de surpresa. Um não consegue. O líder Amaro é preso e morre na boca de um canhão.

A prisão de Bento Maciel Parente e o conflito que estabeleceu com os irmãos Albuquerque desenharam a conjuntura em que foi produzido o processo aberto por Bento Maciel para averiguar as causas da revolta dos tupinambá no Maranhão. Portanto, ao contrário de Berredo que abordou o episódio com um olhar muito mais condescendente em relação à ação dos Albuquerque, Bento Maciel Parente não tinha o mesmo cuidado. Ao contrário disso, tornou-se efetivamente inimigo dos tais irmãos. Por outro lado, embora parcial - uma vez que Bento Maciel queria desacreditar seus desafetos -

o referido documento traz depoimentos diversos sobre o episódio o que torna seu conteúdo pouco mais complexo, portanto mais rico para análise.

Os conflitos no momento da construção daquelas capitâneas entre os grupos de portugueses que se instalavam por lá não eram menores do que aqueles que se estabeleciam entre estes e as populações indígenas e europeias que compartilhavam o mesmo território na Amazônia. Os embates se alastravam entre capitães-mores, militares, Câmaras etc. ao longo das duas capitâneas. No Pará, por exemplo, o capitão-mor Francisco Caldeira teve que administrar uma situação complicada com os “homens bons” da terra. Seu sobrinho havia assassinado certo homem sem justificativa o que consternou toda a população. A não punição do homem e a morte, pelos enviados de Caldeira, de frei franciscano que tentou abrigar os que queriam a prisão dos assassinos, acabaram por fazer com que a população se revoltasse expulsando o referido capitão-mor de seu cargo.

Este conflito, ao que tudo indica, possibilitou aos revoltosos indígenas, que não estavam alheios às querelas políticas da terra, articularem um ataque surpresa a cidade de Belém, aproveitando-se da confusão que por lá se instalava. No início de janeiro de 1619, liderados pelo principal conhecido por Cabelo de Velha, atacaram a fortaleza. Segundo Berredo, as perdas por parte dos portugueses não foram significativas. No entanto, num golpe de sorte dos militares portugueses, foi morto na batalha o líder dos revoltosos. Cabelo de Velha, morto por um tiro, segundo Berredo, assegurou “...a nossa vitória no importante despojo da vida deste bárbaro”.<sup>36</sup>

O tom patriótico imprimido por Berredo nos seus Anais sobre os feitos portugueses certamente encobre muitas dificuldades que seus patrícios do século XVII tiveram de enfrentar ante esses revoltosos. O inimigo não era para ser desprezado. As autoridades metropolitanas e coloniais o sabiam. Basta observar o que constava no regimento de março de 1619 que levou Bento Maciel Parente, quando de seu retorno ao Maranhão, com a incumbência de derrotar os índios.

O documento frisa que a guerra a ser declarada era tão somente contra os “rebeldes do Maranhão” e contra seus cúmplices e aliados. A preocupação do governador do Brasil, D. Luís de Sousa, era que ficasse claro aos índios que as pazes anteriormente feitas com aqueles da região de Cumã permaneceriam. Destaca ainda que Bento Maciel tivesse especial cuidado em não castigar índios de outras nações, mas apenas casti-

gar os *cabeças* da revolta que eram tupinambá. Era preocupação também que a guerra fosse vista como recurso para alcançar a paz. Paz essa que o capitão de guerra deveria conceder a todas as nações que assim o pedissem. Mais eloquente quanto a essa intenção de manter a paz com esses habitantes das novas capitâneas, é o seguinte trecho do referido regimento:

[...] tendo-os castigados deve ele ser o primeiro que por bons meios trata [*sic*] de fazer pazes e reduzi-los a nossa amizade, procurando tão bem conforme a disposição das coisas e do tempo dar-lhes a conhecer o negócio de sua salvação, e a vassalagem que devem a Sua Majestade como a seu Rei e Senhor e neste particular da guerra mais viva ou remissa com mais ou menos sangue hei por encarregada a ele capitão sua consciência lembrando-lhe que quando for menos sanguinolenta e cruel tanto será mais justificada e Sua Majestade se haverá por melhor servido pois o seu intento como Rei tão católico é de tratar principalmente da conversão, e conservação, dos Índios de todas essas conquistas.<sup>37</sup>

Conservar os índios de suas conquistas significava conservar as próprias conquistas. Isto era líquido e certo. D. Luís de Souza, governador e capitão-geral do Brasil, não deixa dúvidas quanto a isto no seu regimento. A preocupação com as consequências daquela operação militar chegava aos menores detalhes. Uma delas era quanto à necessidade de contar com o apoio de líderes indígenas. Era necessário “conciliar os ânimos dos principais”. Sendo assim, o governador mandava Bento Maciel levar, por conta do Provedor da Fazenda do Maranhão, duzentos mil réis a serem utilizados nos resgates desses índios. Entenda-se aqui, a compra do seu apoio.

A preocupação com a diversidade de “nações” que habitavam aqueles sertões ainda pouco conhecidos entre o Maranhão e o Pará figurava também no regimento. D. Luís deixa claro que: “A nenhuma nação de índios que não fosse cúmplice e aderente na Rebelião geral contra os nossos ou culpados das mortes que lhe deram poderá ele capitão fazer nem dar guerra (*sic*) antes expressamente lhe proíbo(...)”. O governador mandava a Bento Maciel que fizesse autos por um escrivão, ordenado por juramento, para averiguar e melhor concluir as culpas. Seria necessário, segundo o regimento, que o capitão examinasse a culpa somente de quem efetivamente tivesse se rebelado, uma vez que mesmo tendo sido de uma única “nação”, poderia ser que apenas parte dela tivesse responsabilidade ou fosse cúmplice no incidente. Portanto, embora os rebelados fossem tupinambá, nem todos os tupinambá deveriam pagar por

alguns.<sup>38</sup>

D. Luís ainda observa que, devido à insolência dos soldados e sua demasiada liberdade, o capitão tivesse cuidado para que não destruíssem igualmente as terras de amigos e inimigos. Esse tipo de atitude, segundo o governador, já teria causado diversos danos. Um desses danos era o de tomarem mulheres, filhas e mantimentos nas terras desses “amigos”. Preservar os amigos era preocupação essencial do regimento:

E em caso que lhe sejam necessários lhos resgatará e pagará ou haverá por amizade voluntariamente para que deste modo os obrigue a conservar-se conosco e a não perderem vendo-se oprimidos por quem os devia favorecer. E isto mesmo que se proíbe aos soldados se entende também com os Índios que o acompanham porque destes se não podem esperar menos atrevimento e solturas.<sup>39</sup>

Bento Maciel Parente não se deslocou de Pernambuco sozinho para a empreitada. Na sua segunda entrada no Maranhão, levou consigo um contingente significativo de índios aliados de Pernambuco, em torno de quatrocentos a seiscentos flecheiros, para a operação militar no Maranhão. Segundo Berredo, Bento Maciel teria conseguido os referidos índios pagando ele próprio seus serviços. D. Luís de Sousa destaca no seu regimento a importância do bom tratamento a ser dado a esses índios amigos que acompanhavam o capitão, pois, afinal, eles eram “o nervo principal da guerra”. Portanto, sem os índios aliados não haveria guerra, nem conquista, tão pouco a conservação do Estado.<sup>40</sup>

A opinião do governador do Brasil, em 1619, ainda ecoava mais de cem anos depois. Berredo, ao narrar essa revolta e ao se referir à necessidade dos aliados índios da capitania para que fosse possível aos portugueses enfrentarem os tupinambá, avalia qual a razão da inimizade existente entre os vários grupos indígenas que habitavam a região e sobre a importância dessa divisão:

[...] só por ódio, que fundando-se as mais das vezes em matérias tão leves, que se devem tratar como ridículas, traz quase sempre separadas todas as nações daquele gentilismo, o que podemos atribuir às disposições da alta Providência; porque unidas elas por aquela parte para a ruína da cristandade, até ficaria a conservação moralmente impossível.<sup>41</sup>

A conservação do estado dependia, portanto, da desunião de seus primeiros habitantes, mas também dependia do controle das terras. Controlar o território impli-

cava controlar aliados. Um exemplo era o problema da comunicação entre as duas capitanias. D. Luís chama a atenção para a necessidade de procurar deixar todas as nações que habitavam o caminho entre as duas regiões em situação de amizade e reconciliadas com os portugueses, conforme o capitão Bento Maciel fosse penetrando os sertões adentro. Bento Maciel, no entanto, não seguiu à risca as ordens dadas pelo governador. Segundo alguns seus desafetos, castigou em demasia aos inimigos índios.

Jerônimo Fragoso que havia assumido como capitão-mor no Pará, diante das sucessivas vitórias de Bento Maciel, segundo Berredo, solicitou ao capitão de guerra que “cessasse as hostilidades” contra esses índios, uma vez que, em sua opinião, o castigo já havia sido suficiente. Bento Maciel, no entanto, não obedeceu ao aviso do capitão-mor, justificando que era ele quem poderia e deveria, segundo as ordens que trazia, decidir quando cessar as hostilidades contra aqueles índios. Os números sobre a mortandade infringida pelo capitão de guerra aos tupinambá são tão enormes quanto incertos. Alírio Carvalho levanta os números indicados em vários relatos. Dentre esses, destaca os números apresentados pelo jesuíta Manoel Gomes, contemporâneo da guerra. Segundo esse religioso, teria havido cerca de 30.000 mortos no Pará. Outro número, também levantado por Alírio Carvalho, descrito por Simão Estácio da Silveira alguns anos depois do conflito, é do incrível montante de 500.000 pessoas. Um número certamente astronômico, mas com a ressalva de estarem nele inscritos tanto mortos quanto escravizados. Esses números, por outro lado, não podem ser entendidos de forma superficial.<sup>42</sup>

O capitão Bento Maciel ambicionava o poder como todos os que se embrenhavam naquela imensidão verde. Ao criticar a atuação dos Albuquerque no governo da capitania e mostrar seu grande valor como militar queria, na realidade, se fazer merecedor da mercê do monarca. Em outras palavras, desejava governar uma capitania, queria um senhorio. Isto acabou se concretizando logo após a morte do capitão-mor Jerônimo Fragoso. Bento Maciel solicitou o governo da capitania do Pará, depois das sucessivas vitórias contra os tupinambá. Inicialmente, não conseguiu o seu intento, e continuou com a guerra contra aqueles índios, nas palavras de Berredo: “...também interessado nas utilidades do seu cativo”. Por fim, após ter findado sua expedição de guerra e se ter recolhido ao Maranhão, requereu, e dessa vez conseguiu, do governador D. Luís de Sousa o governo do Pará.<sup>43</sup>

Para ser poderoso, como tanto ambicionava Bento Maciel, era necessário ter posses, na linguagem da época, possuir cabedal. Neste caso, a referida mortandade que deu aos tupinambá pode ser lida por outro viés. Ter cabedal no Maranhão e Grão-Pará significava possuir escravos. Sem os braços da terra nada era possível. Assim sendo, os números indicados acima não abrangiam somente os mortos, que não eram poucos. Abrangiam também os “despojos de guerra”, leia-se: escravos.

Alguns anos após a vitória de Bento Maciel, o padre franciscano frei Cristóvão de Lisboa, em carta de 2 de outubro de 1626, denunciava o capitão por sérios agravos que havia cometido contra a Igreja. O padre acusava-o de não respeitar o tempo estipulado para que seus índios pudessem fazer roças para alimentarem a si e suas famílias. Acusava também ao capitão de não respeitar os domingos e dias santos, fazendo com que seus índios trabalhassem durante esses períodos. O dito capitão, segundo o frei, também não deixava que se levantasse igreja em suas aldeias. Teria produzido autos falsos contra os mesmos padres. Como consequência, teria ainda afrontado ao vigário e a um clérigo, por intermédio de soldados que negavam o poder dos mesmos. O aspecto mais interessante da denúncia, no entanto, diz respeito ao fato de que, segundo Cristóvão de Lisboa, Bento Maciel andava sempre amancebado com várias índias e que tomava as mulheres dos índios e as filhas de outros, ameaçando aqueles que não as traziam ou que o denunciassem. Ao mesmo tempo, mantinha, segundo o padre, uma aldeia junto a seu engenho que mais parecia “mancebia” para ele e seus criados do que aldeia de cristãos. Cristóvão de Lisboa havia retirado da tal aldeia uma índia que andava com um criado de Bento Maciel e levou-a para outra aldeia para que casasse com os parentes dela. No entanto, a índia teria sido novamente levada por Bento Maciel de volta a aldeia anterior. Outra índia que os frades e prelados das aldeias teriam tirado do “convívio carnal” de um irmão do Capitão-mor, havia retornado a sua casa. Acusava ainda Maciel de que ele fez com que outra dessas índias “andasse” com seu próprio pai.<sup>44</sup>

A denúncia feita por Cristóvão de Lisboa contra Bento Maciel traz indícios importantes sobre o tipo de relação que se estabelecia entre o capitão e as populações indígenas que tinha sob seu poder. Garantir um número considerável de trabalhadores indígenas para fazer frente à necessidade das lavouras e de serviços domésticos era essencial. Bento Maciel, certamente, se cercou de muitos escravos e também de mui-

tos aliados. A rede de relações que deve ter estabelecido ao longo dos anos que despontou como grande guerreiro, inclusive diante de seus aliados indígenas, possibilitou o seu poderio. Não era necessário somente ter escravos, era necessário mantê-los, assim como os trabalhadores forros que tinha sob sua jurisdição. Tomar mulheres naquela situação tinha um sentido provavelmente distinto daquele que o padre Lisboa descreve em sua denúncia. As alianças com os principais indígenas eram normalmente seladas com a entrega de filhas e mulheres de suas aldeias, transformando, na visão daqueles índios, seus aliados brancos em cunhados, em parentes. Portanto, sem esses trabalhadores e aliados não teria sido possível a Bento Maciel manter uma posição de destaque naquele mundo amazônico. Para atingir esse objetivo, além do domínio militar, foi necessário a utilização de estratégias mais sutis e complexas.

Para aqueles primeiros colonizadores, - mais necessário ainda que aliados para as suas batalhas, principalmente depois de consolidada a posse do território -, eram importantes muitos braços. Os tupinambá enquadravam-se perfeitamente. Com eles, era mais fácil a comunicação por falarem a língua tupi. Ao mesmo tempo, muitos conheciam a religião católica, o que os tornava mais facilmente domesticáveis por permitir canais de trocas simbólicas. Portanto, eram preferíveis e estavam à mão. As palavras do governador D. Luís de Sousa, lembrando sobre a necessidade de tornar amigas as nações de índios da região, destacam que assim deveriam ficar “pelas armas ou por via de concerto”. *Consertar* ou *converter* neste contexto podem ser entendidos como sinônimos. Assim, para Bento Maciel e outros colonizadores, no final das contas, ao contrário do “conserto”, a via das armas usada contra os tupinambá foi providencial. Mesmo assim, para manter o domínio, depois de escravizá-los, era necessário um convívio mais profundo com essa população.

Por outro lado, o número de missionários naqueles primeiros tempos era insuficiente para fazer frente à necessidade por novos convertidos e vassallos. Esperar a conversão de novo contingente de gentios para dar solução às necessidades advindas do início da colonização era inviável. Ao mesmo tempo, cada “religião” (ordem religiosa) tinha uma prática de conversão e de relação política com os poderosos da terra. A relação que essas autoridades coloniais estabeleciam com as ditas “religiões” dependia do quanto obtivessem de benefícios com cada uma. No caso de Bento Maciel, como atesta a carta denúncia de Cristóvão de Lisboa, os franciscanos eram os seus inimigos.

Assim sendo, o capitão aliou-se com os missionários da Companhia de Jesus representados por Luís Figueira, também denunciado pelo mesmo franciscano.<sup>45</sup>

O certo é que, vencidos na guerra, aqueles primeiros aliados indígenas tornaram-se os primeiros escravos dos portugueses na região. Isto, de certo, desmascara logo no início o modelo de relação que iria se estabelecer no mundo amazônico entre os invasores europeus e os habitantes da terra ao longo de todo o período colonial. Formas de trabalho compulsório sempre estiveram presentes, mesmo que, aqui e ali, aqueles novos índios cristãos conseguissem certos espaços de relativa autonomia. Portanto, o índio Amaro quando leu as cartas do capitão-mor do Pará tornando-se protagonista da grande revolta, poderia até ter mentido naquela circunstância – o que é impossível saber –, mas, certamente, falou a verdade.

## Referências

ALMEIDA, André Ferrand. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Os Jesuítas no Grão-Pará - suas missões e a colonização*, facsimili [1901] serie Lendo o Pará, n. 20, Belém: SECULT, 1999.

BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anais Históricos do Estado do Maranhão em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718 – oferecidos ao Augusto monarca D. João V Nosso Senhor*. Rio de Janeiro: Tipo editor Ltda. [1749], 1988.

CARDOSO, Alírio Carvalho. *Insubordinados, mas sempre devotos - poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653)*, Campinas-SP: Unicamp, dissertação de mestrado, 2002.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios Cristãos no cotidiano das colônias do norte (século XVII e XVIII), In: *Revista de História*, São Paulo: FFLCH/USP, n. 168, Janeiro/junho 2013, pp. 69-99.

\_\_\_\_\_. Líderes indígenas no mundo cristão colonial, In: *Canoa do Tempo – Revista do PPGH/UFAM*, v. 1, n. 1. Manaus: EDUA/FAPEAM, 2007, p. 123-150.

\_\_\_\_\_. *Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*.

Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2005.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupi, Tapuias e historiadores: estudo de história indígena e do indigenismo*. Tese de Livre Docência, Campinas: Unicamp, 2001.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*, Belém: SECULT, Coleção Lendo o Pará, 15, 2 v., 1993.

SALDANHA, António Vasconcelos de. *As capitânicas do Brasil – antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno Atlântico*, 2<sup>a</sup>. ed, Lisboa, [1992]2001.

SARAGOÇA, Lucinda. *Da "Feliz Lusitânia" aos Confins da Amazônia (1615-1662)*. Lisboa: Câmara Municipal de Santarém: Editora Cosmos, 2000.

VIANA, Hélio. Bento Maciel Parente – soldado, sertanista e administrador, in: *Estudos de História Colonial*, São Paulo, 1948.

<sup>1</sup> Esse texto é parte do primeiro capítulo de minha tese de doutorado, ainda inédita: CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2005, que foi reconfigurado para os objetivos propostos pelo editor.

<sup>2</sup> Um dos poucos trabalhos que tratam diretamente desse episódio é: CARDOSO, Alirio Carvalho. *Insubordinados, mas sempre devotos - poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653)*, Campinas-SP: Unicamp, dissertação de mestrado, 2002. Esse trabalho será aqui utilizado.

<sup>3</sup> Sobre a categoria de Índios Cristãos aqui utilizada, ver: CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios Cristãos no cotidiano das colônias do norte (século XVII e XVIII), In: *Revista de História*, São Paulo: FFLCH/USP, n. 168, janeiro/ junho 2013, pp. 69-99.

<sup>4</sup> Sobre a "Nova História Indígena" e para um ótimo panorama dos novos trabalhos que tomaram por foco a história indígena na América e no Brasil, a partir da década de 1970, ver: MONTEIRO, John Manuel. *Tupi, Tapuias e historiadores: estudo de história indígena e do indigenismo*. Tese de Livre Docência, Campinas: Unicamp, 2001, pp. 01-11.

<sup>5</sup> Sobre a incorporação da costa Leste-Oeste pelos portugueses ver: FERREIRA REIS, Arthur Cezar, *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira – a fronteira colonial com a Guiana Francesa*, vol. I, 1993, p. 20-23.

<sup>6</sup> Idem, p. 22.

<sup>7</sup> Sobre a divisão do estado do Maranhão e Grão-Pará em capitânicas ver: SARAGOÇA, Lucinda, *Da 'Feliz Lusitânia' aos confins da Amazônia (1615-1662)*, Lisboa, 2000, p. 80-83, entre outros. Ferreira Reis lembra que os vários relatos produzidos por alguns funcionários foram fundamentais para que fosse estabelecida uma ideia mais clara das novas conquistas. Dentre esses relatos, estão os de: Manoel de Souza Deça, Bento Maciel Parente, Simão Estácio da Silveira, Frei Cristovão de Lisboa, Luís Figueira e Jácome Raimundo de Noronha. Todas essas memórias estão divulgadas nos Anais da Biblioteca Nacional e por Studart, em Documentos, vol. II e IV, in: FERREIRA REIS, Arthur Cezar, *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, vol. II, p. 28.

<sup>8</sup> SARAGOÇA, Op. Cit, p. 80. Para informações mais detalhadas sobre Maciel Parente, ver VIANA, Hélio, Bento Maciel Parente – soldado, sertanista e administrador, in: *Estudos de História Colonial*, São Paulo, 1948. Ainda sobre Bento Maciel Parente, é importante destacar que tanto ele quanto Simão Estácio da Silveira, segundo ALMEIDA, André Ferrand de, em *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*, tinham como projeto estabelecer uma via de penetração no continente até o Peru para que, dessa forma, fosse possível escoar a prata espanhola pelo grande rio em direção a Europa, p. 30. Por decreto do rei, de 13 e junho de 1621, o Estado do Maranhão e

Grão-Pará foi separado do Governo Geral do Brasil, tornando-se autônomo e respondendo diretamente a Lisboa.

- <sup>9</sup> Um estudo mais completo sobre o funcionamento das capitanias do Brasil pode ser encontrado no livro de SALDANHA, António Vasconcelos de. *As capitanias do Brasil – antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno Atlântico*, 2<sup>a</sup>. ed, Lisboa, [1992]2001. Nele, o autor oferece dados essenciais para a compreensão, entre outras coisas, do governo da capitania, da justiça e das formas de transmissão de domínio, entre outras importantes informações.
- <sup>10</sup> Idem, p. 29. Sobre os interesses da Coroa portuguesa em relação às suas possessões no norte da América e também relativas aos conflitos com os franceses no Maranhão ver os capítulos “A incorporação da costa leste-oeste” e “Pondo o pé na Bacia Amazônica” in: FERREIRA REIS, Arthur Cezar, *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira – A fronteira colonial com a Guiana Francesa*, vol. I, p. 20-26.
- <sup>11</sup> Ver FERREIRA REIS, Arthur César, *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, vol. II, Belém, [1948], 1993, p. 11-12. Ver também o volume II da mesma obra, p. 25-45. Sobre a luta contra os estrangeiros no Pará, ver: SARAGOÇA, Lucinda, *Da ‘Feliz Lusitânia’ aos confins da Amazônia (1615-62)*, Lisboa, 2000, p. 27-32, 69-71. Pedro Teixeira tomou posse da região estabelecendo os limites das possessões portuguesas na foz do rio, chamado por ele de rio do Ouro, atual rio Japurá. Lá, fundou a povoação de Franciscana.
- <sup>12</sup> Ver também: FERREIRA REIS, Op. Cit., vol. II, p. 12-13 e vol. I, p. 25-45. Ainda, SARAGOÇA, Lucinda, Op. Cit., p. 101.
- <sup>13</sup> SARAGOÇA, Op. Cit., 2000, p. 69-71.
- <sup>14</sup> Idem, p.71.
- <sup>15</sup> Ver SARAGOÇA, Lucinda, Op. Cit., p. 101.
- <sup>16</sup> Idem, p. 101.
- <sup>17</sup> “Bento Maciel Parente informa Filipe III sobre o número de moradores e soldados existentes na província do Maranhão e da necessidade que têm de socorros” In: SARAGOÇA, Lucinda [apêndice documental], Op. Cit., p. 357. Ver também p. 103.
- <sup>18</sup> Ver AZEVEDO, João Lúcio de. *Os Jesuítas no Grão-Pará – suas missões e a colonização*, p. 132.
- <sup>19</sup> REIS, *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, vol II, p.13. Sobre a importância das ordens religiosas para o processo de “conquista espiritual” e formação de novos cristãos, ver: CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2005.
- <sup>20</sup> REIS, Op. Cit., p. 18-19.
- <sup>21</sup> Sobre essas técnicas de conversão, ver: CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2005; e também: CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios Cristãos no cotidiano das colônias do norte (século XVII e XVIII), In: *Revista de História*, São Paulo: FFLCH/USP, n. 168, Janeiro/ junho 2013, pp. 69-99.
- <sup>22</sup> Sobre o papel dos líderes indígenas aliados, conhecidos como principais, na Amazônia, ver: CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. Líderes indígenas no mundo cristão colonial, In: *Canoa do Tempo – Revista do PPGH/UFAM*, v. 1, n. 1. Manaus: EDUA/FAPEAM, 2007, p. 123-150.
- <sup>23</sup> BERREDO, *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, p. 120 (parágrafo 429).
- <sup>24</sup> BERREDO, Op. Cit., p. 120, parágrafo 430.
- <sup>25</sup> BERREDO, Op. Cit., p. 120 (parágrafo 431).
- <sup>26</sup> CARDOSO, Alírio Carvalho, *Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653)*, Op. Cit., p. 97.
- <sup>27</sup> Idem, p. 98.
- <sup>28</sup> Ibidem, p. 98.
- <sup>29</sup> “Capítulos que o capitão Bento Maciel Parente apresenta contra o capitão Jerônimo de Albuquerque e seus filhos, António e Matias de Albuquerque, Pernambuco, 12 de Novembro de 1618”, in: SARAGOÇA, *Da Feliz Lusitânia aos confins da Amazônia (1615-62)*, [Apêndice Documental], p. 239.
- <sup>30</sup> BERREDO, Op. Cit., p. 121 (parágrafo 433, 434).
- <sup>31</sup> Idem, p. 122 (parágrafos 437,438).
- <sup>32</sup> “Testemunhas tiradas ad perpetuo [sic] memória [sic] e requerimento do capitão Bento Maciel Parente sobre os que são culpados do levante dos índios”, Pará, 27 de novembro de 1618. AHU-APEP, rolo 1, doc. 2, Apud CARDOSO, Alírio Carvalho, Op. Cit., p. 99.
- <sup>33</sup> BERREDO, Op. Cit., p. 123 (parágrafo 442).
- <sup>34</sup> Idem, p. 127, (parágrafo 457,458).

- 
- <sup>35</sup> BERREDO, Op. Cit., p. 127-128, (parágrafo 459).
- <sup>36</sup> BERREDO, Op. Cit., p. 129, (parágrafo 468).
- <sup>37</sup> "D. Luís de Sousa, governador e capitão-geral do Brasil, dá regimento a Bento Maciel Parente, nomeado capitão da guerra contra os Índios no Pará", In: SARAGOÇA, *Da Feliz Lusitânia(...)*[Apêndice Documental], p. 247.
- <sup>38</sup> Idem, p. 247.
- <sup>39</sup> Ibidem, p. 247.
- <sup>40</sup> "D. Luís de Sousa, governador e Capitão-geral do Brasil, dá regimento a Bento Maciel Parente (...)". In: SARAGOÇA, Op. Cit., p. 248.
- <sup>41</sup> BERREDO, Op. Cit., p. 126 (parágrafo 452).
- <sup>42</sup> CARDOSO, Op. Cit., p. 100; BERREDO, Op. Cit., p. 131 (parágrafo 478).
- <sup>43</sup> BERREDO, Op. Cit., p. 131-133 (parágrafos 481;489).
- <sup>44</sup> "Carta do padre Cristóvão de Lisboa, S.I., 2 de Outubro de 1626", In: SARAGOÇA. *Feliz Lusitânia...* [Apêndice Documental], p. 283-284.
- <sup>45</sup> "Carta do padre Cristóvão de Lisboa", In: SARAGOÇA, Op. Cit., p. 284-285.